



## A SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR EM DEBATE NO 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA<sup>1</sup>

Roberta dos Reis Neuhold<sup>2</sup>

### Resumo

A formação da Sociologia como disciplina escolar exemplifica como diferentes forças sociais concorrem na fabricação do currículo. Este artigo centrou-se em uma dessas forças sociais – o campo científico – para analisar a participação de intelectuais e sociedades científicas no processo de constituição do ensino de Sociologia como objeto de interesse das Ciências Sociais. O artigo foi construído a partir de pesquisa documental, seguida de um esforço de revisão bibliográfica que lhe forneceu substrato teórico e metodológico. Sua principal fonte foram os anais do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em São Paulo em 1954. Conclui que os debates naquele fórum acadêmico problematizaram as funções universais e científicas da Sociologia, bem como concepções de ensino e funções específicas dessa disciplina no currículo escolar, transitando, notadamente, entre os sentidos de ensinar ou não Sociologia na escola.

**Palavras-chave:** Sociologia – ensino e pesquisa. Ensino médio. Congresso Brasileiro de Sociologia.

## THE DEBATE ABOUT THE TEACHING OF SOCIOLOGY IN THE 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

### Abstract

The formation of Sociology as a school subject is an example of how different social forces concur to fabricate the curriculum. This paper focused on one of these social forces – the academic-scientific field – and its purposes of analyzing the participation of intellectuals and scientific societies in the making of the teaching of Sociology as an object of interest in Social Science. The paper included documental research, followed by an effort of bibliographical review which provided theoretical and methodological substrate. Its main sources were the annals with first edition of the Congresso Brasileiro de Sociologia (1º Brazilian Congress of Sociology).

**Key words:** Sociology – teaching and research. High-school. Congresso Brasileiro de Sociologia (Brazilian Congress of Sociology).

<sup>1</sup> Este artigo faz parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Ver: Neuhold (2014).

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais (Universidade de São Paulo) e Pedagogia (Universidade Federal de São Carlos), mestre em Sociologia (USP) e doutora em Educação (USP). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

Este artigo recupera os anais do 1º Congresso de Sociologia para analisar a participação de intelectuais e sociedades científicas nos debates em torno da presença da Sociologia no currículo das escolas secundárias e normais brasileiras na década de 1950. Seu ponto de partida foi uma pesquisa documental nos anais do referido congresso, seguida da leitura, sistematização e análise dos diferentes discursos e posicionamentos enunciados naquele fórum acadêmico.

No decênio de 1930, educadores, cientistas sociais em formação e intelectuais autodidatas atuaram de variadas maneiras e com diferentes intenções para consolidar, nos termos de Antonio Candido (2006, p. 289), a “Sociologia como ciência e profissão” no Brasil. Em alguns casos, também interferiram, direta ou indiretamente, no processo de formação da Sociologia como disciplina acadêmica e escolar. Algumas dessas contribuições, concatenadas com todo um interesse em “recriar o país à altura do século XX” (IANNI, 2004, p. 23-24), formaram o terreno no qual se desenvolveram profícuas discussões sobre o ensino de Sociologia quando já se sedimentava uma comunidade de cientistas sociais no país. O 1º Congresso Brasileiro de Sociologia foi um dos palcos dessas discussões e, em certa medida, encerrou esse ciclo de discussões sobre uma temática que despertou a atenção de um círculo de intelectuais desde o início da década de 1930 até meados dos anos de 1950.

É verdade que este texto poderia soar deveras repetitivo por remeter a um dos documentos mais citados quando se equaciona a participação da intelectualidade na trajetória de escolarização da Sociologia entre as décadas de 1930 e 1950: a comunicação de Florestan Fernandes proferida naquele congresso e intitulada justamente “O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira”. Todavia, este artigo vai além, preocupando-se em recuperar os desdobramentos da comunicação do sociólogo paulista, debatida por dois dias e transformada em uma das moções do congresso. Desse modo, retoma as contribuições dos demais cientistas sociais que remeteram ao ensino da Sociologia, mas que acabaram ofuscadas pela comunicação de Florestan Fernandes. Pouco referenciados, os discursos, exposições, comunicações e debates registrados nos anais do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo em 1954, reuniram evidências de que, além de Florestan Fernandes, outros cientistas sociais – como Fernando de Azevedo, Antonio Candido, Oracy Nogueira, Guerreiro Ramos, entre outros – mencionaram e, por vezes, até se posicionaram diante dos sentidos e pertinência de incluir a Sociologia no currículo escolar.

Para recobrir esses debates, o artigo inicia com um breve panorama da organização do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia e, em seguida, detém-se nas comunicações e discursos que

pautaram o ensino de Sociologia. Nos debates finais, são apresentadas as convergências e divergências em torno da temática, mostrando que a presença da Sociologia no ensino secundário esteve longe de compor um consenso entre a comunidade científica e acadêmica.

## 1. O 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) organizou o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia em 1954, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Como anunciava Fernando de Azevedo (1955a, p. 43) no discurso de abertura, tratava-se do primeiro congresso de Sociologia, de abrangência nacional, que se instalava no Brasil. Dele participaram 151 congressistas, entre os quais nomes de destaque das Ciências Sociais que debateram questões relacionadas ao ensino e à pesquisa em Sociologia, à organização e mudança social.

Não à toa, São Paulo sediou o congresso. A SBS, herdeira da Sociedade de Sociologia de São Paulo, computava entre seus sócios, à época, mais de 56% de representantes do Estado, mesmo tendo se transformado em uma associação de abrangência nacional em 1950. Essa configuração não pode ser compreendida senão em referência a um projeto cultural e político que possibilitou que São Paulo capitaneasse, entre 1930 e 1964, a produção sociológica brasileira de perfil mais acadêmico, fortemente enraizada na institucionalização da própria disciplina no país (MICELI, 2001b, p. 19).

Depois da derrota de São Paulo no movimento constitucionalista de 1932, setores da classe média, dos cafeicultores e industriais empenharam-se em criar uma nova elite capaz de alçar o Estado de São Paulo a um outro patamar na cena política nacional (LIMONGI, 2001a, p. 135-136). A Sociologia não passou incólume a esses esforços, até porque emergia envolta na ideia de formulação de conceitos aplicáveis à vida em sociedade, sem a forte carga bacharelesca característica dos cursos de Direito (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 1997). Daí, por exemplo, o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia ter integrado a agenda comemorativa do 4º Centenário da Cidade de São Paulo e, inclusive, ser aberto pelo então governador, Lucas Nogueira Garcez.

Até houve tentativa de um dos sócios da SBS de organizar o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia no Estado do Paraná. O professor Euclides Mesquita sugeriu que se aproveitasse o ensejo das comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado, em dezembro de 1953, para realizar o evento na cidade paranaense de Curitiba. Indicava que a reitoria da Universidade do Paraná e o governo do Estado certamente patrocinariam a iniciativa.

O assunto foi colocado em discussão durante a assembleia geral ordinária da SBS de 29 de abril de 1952, na cidade de São Paulo. Residente no Paraná, Euclides Mesquita fez-se representar apenas por uma carta, não podendo defender pessoalmente sua proposta, recusada pela assembleia. Os sócios argumentavam que a decisão estava tomada – o congresso seria em São Paulo – e que a SBS não possuía agenda para 1953, pois participaria do 2º Congresso Mundial de Sociologia na Bélgica: “em vista de o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia já ter sido programado para ser realizado em São Paulo em 1954 e que em 1953 a Sociedade [Brasileira de Sociologia] teria que ser representada em Liège, seria difícil assumir os encargos decorrentes da ideia proposta” por Mesquita (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 1952a). Sugeriu-se, então, que se promovesse uma Semana Sociológica em Curitiba, o que de fato ocorreu na forma do Congresso de Sociologia do Paraná, em janeiro de 1954<sup>3</sup> (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 29).

O 1º Congresso Brasileiro de Sociologia foi realizado entre os dias 21 e 27 de julho de 1954, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na capital paulista, com os auspícios da Comissão do 4º Centenário da Cidade de São Paulo. Integraram a lista de congressistas, 151 pessoas, além de seis entidades que se fizeram representar oficialmente<sup>4</sup>. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo também enviou uma delegação integrada por 23 professores catedráticos do ensino normal.

Participaram da comissão organizadora do congresso Fernando de Azevedo (presidente), Antonio Rubbo Müller (primeiro secretário), Vicente Unzer de Almeida (segundo secretário), Egon Schaden (tesoureiro), Luiz de Aguiar Costa Pinto e L. Pinto Ferreira (como membros da SBS). Na sessão preparatória de 21 de junho de 1954, elegeu-se a mesa diretora dos trabalhos<sup>5</sup>, aprovou-se o regimento interno e foram indicados os presidentes das diferentes sessões ordinárias<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Depois de 1954, São Paulo não voltou a sediar nenhuma das 17 edições do Congresso Brasileiro de Sociologia., que aconteceram entre 1954 e 2015, sendo que a associação suspendeu suas atividades depois do golpe civil-militar de 1964, para retomá-las apenas em 1985. A cidade de Curitiba só recebeu o evento em 2011, seis décadas mais tarde da missiva de Euclides Mesquita.

<sup>4</sup> As entidades que se fizeram representar oficialmente foram: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Associação dos Antigos Alunos da Escola de Sociologia e Política, o Instituto de Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, o Museu Paulista e a Faculdade de Filosofia de Vitória.

<sup>5</sup> A mesa diretora dos trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia foi formada por Fernando de Azevedo (presidente), Luís de Aguiar Costa Pinto (primeiro vice-presidente), L. Pinto Ferreira (segundo vice-presidente), Euclides de Mesquita (terceiro vice-presidente), Morse de Belém Teixeira (quarto vice-presidente), Antônio Rubbo Müller (primeiro secretário), Júlio Barbosa (segundo secretário) e Edson Carneiro (terceiro secretário).

<sup>6</sup> Os presidentes das sessões ordinárias do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia foram: Alberto Guerreiro Ramos, Felte Bezerra, Gláucio Veiga, Henrique Stodiek, João de Mendonça, Laudelino Teixeira de Medeiros, Luís de Castro Faria e Orlando M. Carvalho.

O congresso estruturou-se em 14 sessões, sendo duas solenes e 11 ordinárias. As sessões solenes abarcaram os discursos de inauguração e de encerramento, ambos proferidos pelo então presidente da SBS Fernando de Azevedo. Incluíram ainda a fala de abertura do governador do Estado de São Paulo, que externou seu entusiasmo com as contribuições ao "progresso da ciência" dos inúmeros congressos científicos, nacionais e internacionais, sediados na cidade de São Paulo. Já as sessões ordinárias contemplaram comunicações, discursos<sup>7</sup>, exposições<sup>8</sup> e debates.

O edital de divulgação do congresso sugeria um temário àqueles que desejassem apresentar comunicações, contemplando assuntos relacionados ao ensino e pesquisa sociológica, à organização e mudança social. Estava disposto da seguinte maneira:

- I – O ensino e as pesquisas sociológicas. 1 – O ensino da Sociologia e disciplinas afins nos diferentes centros culturais do país; 2 – As pesquisas sociológicas e antropológicas no Brasil; 3 – O sistema estatístico nacional: sua utilização como fonte de dados sociológicos; 4 – A contribuição da Sociologia para a solução dos problemas sociais.
- II – Organização social. 1 – Estrutura da comunidade (indígena, rural, urbana, rural-urbana); 2 – Sistemas sociais gerais e sistemas específicos (de família e parentesco, econômicos, políticos, jurídicos, pedagógicos etc.); 3 – Relações étnicas.
- III – Mudança social. 1 – Correntes migratórias internas e estrangeiras; 2 – O impacto do desenvolvimento econômico sobre a estrutura social dos países menos desenvolvidos; 3 – Transformações técnicas e mudanças sociais; 4 – Efeitos da urbanização e da industrialização sobre a estratificação social do Brasil; 5 – Mudanças sociais e problemas sociais (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 13).

Apesar de facultativo, esse temário orientou o conteúdo de várias apresentações, inclusive no que diz respeito à centralidade do debate em torno do ensino e das pesquisas sociológicas.

## 2. O ENSINO DE SOCIOLOGIA EM PAUTA

Embora Florestan Fernandes afirmasse que o assunto não fosse “daqueles que possa atrair muito a atenção dos congressistas”, o ensino de Sociologia no ensino secundário e nas escolas

<sup>7</sup>As 12 comunicações apresentadas no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, com seus respectivos autores, foram: “O sistema estatístico nacional: sua utilização como fonte de dados sociológicos”, de Olavo Baptista Filho; “*Les problèmes de la recherche sociologique au Brésil*”, de Roger Bastide; “Problemas de planificação através do Direito”, de Henrique Stodieck; “O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira”, de Florestan Fernandes; “Duas experiências no ensino sociológico da Sociologia”, de Oracy Nogueira; “O papel do estudo sociológico da escola na Sociologia educacional”, de Antonio Candido; “A dinâmica social e a lei do progresso”, de Pinto Ferreira; “A integração da teoria e pesquisa na Sociologia”, de Mário Lins; “Ritos caboclos no Estado de São Paulo”, de Antônio Rubbo Müller; “As culturas indígenas e a civilização”, de Egon Schaden; “O voto operário em São Paulo”, de Aziz Simão, e “Contribuição para o estudo da Sociologia política no Brasil”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

<sup>8</sup>As seis exposições apresentadas no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia foram: “Conceituação das áreas sociais do Distrito Federal”, de José Bonifácio Rodrigues; “Imprensa e criminalidade”, de Ruy da Costa Antunes; “Estudo de uma comunidade rural na zona cacauzeira”, de Wilson Rosa da Silva; “A estrutura agrária do Estado de São Paulo”, de Thomás Pompeu Accioly Borges; “Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias”, de Alberto Guerreiro Ramos; “O estudo das ciências sociais em Minas Gerais”, de Pedro Parafita de Bessa.

normais foi citado em diferentes momentos dos sete dias do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia. Fernando de Azevedo abordou-o tanto no discurso inaugural quanto no de encerramento, esse último intitulado “O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil: problemas e orientações”.

Além da comunicação de Florestan Fernandes (“O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira”), indiscutivelmente centrada no tema, Antonio Candido (em “O papel do estudo sociológico da escola na Sociologia Educacional”), Oracy Nogueira (“Duas experiências no ensino da Sociologia”) e Pedro Parafita de Bessa (“O estudo das Ciências Sociais no Brasil”) aludiram à Sociologia no ensino secundário ou normal, muito embora o foco de suas comunicações recaísse sobre a sua condição de disciplina acadêmica ou em suas versões especializadas, como no caso da Sociologia da Educação. Por fim, despontou como tema das sessões de debate, além de figurar entre as cinco moções aprovadas em assembleia no último dia do congresso. Essas contribuições dos cientistas sociais sobre o ensino de Sociologia são detalhadas nas próximas seções.

### **2.1. Os discursos de Fernando de Azevedo**

No discurso inaugural do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, o sociólogo e educador paulista Fernando de Azevedo, então presidente da SBS, descrevia o ensino secundário brasileiro como “de uma ineficiência lamentável”, ressaltando a necessidade de uma formação bem fundamentada e consistente que permitisse reagir com eficácia contra as tendências do diletantismo e da improvisação. Essa formação desenvolveria, “desde a adolescência, pelo estudo, bem dirigido, das ciências de observação e de experiência, o sentido das realidades concretas, o espírito de exame, o senso crítico e a orientação para as verdades positivas” (AZEVEDO, 1955a, p. 45). No discurso de encerramento do congresso, Azevedo voltou a referir-se aos “graves problemas [...] em que se encontra a educação secundária no país”, enunciando-os, inclusive, como um obstáculo à elevação do ensino superior a um “alto nível” (AZEVEDO, 1955b, p. 61). Para ele, a expansão do acesso ao ensino secundário, que se efetivou sem os recursos físicos e humanos necessários, comprometia fortemente a qualidade deste e do subsequente nível de ensino.

Fernando de Azevedo (1955b, p. 62) entendia, contudo, que os sociólogos tinham muito a fazer para “obter dos governos maior interesse na solução dos problemas do ensino secundário”. No entanto, seu argumento não versava sobre as condições de ensino, mas, antes, sobre uma organização curricular que valorizasse a educação científica, ainda que de caráter geral. Signatário

do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, Azevedo entendia que se a ciência vinha ocupando lugar cada vez mais importante em todas as esferas do conhecimento, inclusive na dos estudos literários, no ensino secundário não poderia ser diferente, mesmo em uma concepção de formação que privilegiasse a “educação geral do espírito”. Daí a importância do indivíduo, desde a adolescência, ser habituado “às concepções e aos métodos científicos” (AZEVEDO, 1955b, p. 63).

Evidentemente, a Sociologia foi citada como uma das ciências “cujo ensino orientado pode contribuir à formação do espírito” (AZEVEDO, 1955b, p. 63), mas a posição do presidente da SBS era dúbia sobre o seu ensino na escola. Durante o 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, ele chegou a defender e a criticar a inclusão da Sociologia no meio escolar. Por um lado, nos debates sobre a comunicação de Florestan Fernandes, indicou que um dos problemas do ensino secundário era justamente a quantidade excessiva de disciplinas e que, portanto, os congressistas não deveriam trabalhar para aumentá-las quantitativamente e sim para reformar o ensino. No discurso de encerramento, ponderou que, dada a complexidade da Sociologia no Brasil, “o grau insuficiente de sistematização dos conhecimentos sociológicos no estado atual” e os consequentes riscos de deturpá-los, talvez fosse melhor priorizar as ciências físicas e experimentais no ensino secundário, essas sim “já constituídas e mais avançadas” (AZEVEDO, 1955b, p. 64). Por outro lado, também julgava que o ensino das Ciências Sociais no nível superior seria favorecido se desde cedo a Sociologia compusesse a formação dos alunos:

[...] mais fácil e eficaz se tornará o ensino das Ciências e, particularmente da Sociologia e da Antropologia nas escolas superiores, se ele se levantar um dia sobre alicerces mais firmes de uma cultura propedêutica, em que desde cedo se desenvolva, por esses ou aqueles estudos científicos, o sentido das realidades concretas para as verdades positivas (AZEVEDO, 1955b, p. 64).

Fortemente inspirado pela Sociologia de Émile Durkheim, Fernando de Azevedo enfatizava a função social da educação enquanto instrumento de homogeneização de condutas e pensamentos e, ao mesmo tempo, enquanto incentivadora das aptidões individuais (CUNHA, 1994, p. 135). Por isso, para ele, em termos práticos, até que se implementasse uma reforma efetiva, seria o caso de “criar cursos de um ou dois anos de preparação às diversas especialidades ensinadas nesses institutos universitários” ou de incluir em seus currículos cursos de introdução ao pensamento sociológico, de tal forma que fossem difundidas noções básicas da disciplina (AZEVEDO, 1955b, p. 65). Assim, enquanto esperavam as reformas do ensino secundário, caberia às instituições universitárias iniciar uma “obra de ‘recuperação’ ou, melhor, de instauração, pela base, do espírito e dos métodos científicos, em geral, e sociológicos, em particular” (AZEVEDO, 1955b, p. 65).

Desde pelo menos a década de 1920, Fernando de Azevedo insistia na necessidade de renovação da escola. Como crítico do jornal *O Estado de S. Paulo*, empreendeu, entre 1923 e 1926, um inquérito sobre as condições da educação, publicado como “A instrução pública em São Paulo” e mais tarde reeditado sob o título “A educação na encruzilhada”. Esse trabalho lhe conferiu tal notoriedade que passou a responder como “especialista em educação” (SAVIANI, 2010, p. 208-209) e a atuar diretamente e em diferentes ocasiões no aparato estatal<sup>9</sup>. Miceli (2001a, p. 221) incluiu Fernando de Azevedo entre aqueles “educadores profissionais”, recém-egressos da universidade, convocados pelos últimos governos oligárquicos para imprimir um tom modernizante às reformas educacionais.

Fernando de Azevedo identificava duas saídas para o sistema educacional: insistir no mesmo rumo traçado por “conservadores e reacionários”, ou construir novos caminhos para uma transformação radical da estrutura e das finalidades da educação (SAVIANI, 2010, p. 209). Todavia, como adepto de um “liberalismo elitista”, também defendia o papel da escola na formação de elites e na sua preservação diante de “visões extremistas”, como as da Aliança Nacional Libertadora ou da Ação Integralista Brasileira (CUNHA, 1994, p. 135).

De qualquer forma, a posição dúbia de Fernando de Azevedo sobre o ensino de Sociologia não destoava de sua postura intelectual e política em outras ocasiões. Convém pontuar que o educador e sociólogo foi descrito por seu aluno Antonio Candido (1987 apud CUNHA, 1994, p. 140) como um personagem contraditório – “se não entendermos a contradição, não entenderemos Fernando de Azevedo” – que conseguia denominar-se socialista e, ao mesmo tempo desconfiar do pensamento marxista ou mesmo apoiar movimentos renovadores fundados na democracia (como a Escola Nova) enquanto simpatizava com a reforma educacional de um governo autoritário como o do Estado Novo (SAVIANI, 2010, p. 210-216).

## 2.2. A comunicação de Florestan Fernandes

Intitulada “O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira”, a comunicação de Florestan Fernandes dividiu-se em quatro seções. Na parte introdutória, apresentou as questões gerais que justificariam a introdução da disciplina na matriz curricular do ensino secundário. Em seguida, analisou “Os temas focalizados no Brasil” no que dizia respeito à Sociologia no sistema escolar. A terceira seção do artigo – “Diagnóstico da situação brasileira” – discutiu o seu lugar no

---

<sup>9</sup> Fernando de Azevedo foi diretor de instrução pública do Distrito Federal (1926-1930), a convite de Washington Luís, e de São Paulo (janeiro a julho de 1933), onde também exerceu o cargo de secretário de Educação e Saúde do Estado (abril a julho de 1947) e secretário de Educação e Cultura da cidade de São Paulo (abril a setembro de 1961), além de ocupar o posto de relator da comissão instituída pelo então governador-interventor Armando Salles de Oliveira para implantar a Universidade de São Paulo.

ensino secundário tradicional existente (que garantia a “persistência da velha mentalidade educacional e a influência dos círculos sociais que a sustentam”, no qual não se justificaria a inclusão da Sociologia); e em uma escola desejável e coerente localizada em uma sociedade que ambicionava modernizar-se (e na qual o ensino de Sociologia teria indiscutível relevância) (FERNANDES, 1955, p. 111-112). Ao final, em “Sugestões práticas”, o autor apresentou, em forma de perguntas, seis tópicos que mereceriam reflexão dos especialistas interessados no assunto.

Florestan Fernandes foi personagem importante no que Sylvia Garcia (2002, p. 9) chamou de “conformação de um padrão de atuação intelectual dos cientistas sociais”, visto que “sua obra sociológica marca a história da configuração de um campo especializado de estudos, a história da integração do pensamento sociológico ao sistema sociocultural brasileiro e a história das relações entre ciência e sociedade no Brasil moderno” (GARCIA, 2002, p. 9).

As contribuições de Florestan Fernandes ao debate sobre o ensino de Sociologia nas escolas encontraram a sua forma mais acabada (e talvez primeira e única expressão verdadeiramente sistematizada) na comunicação que apresentou aos participantes do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia. A comunicação integrou o conjunto de textos do que se convencionou chamar “primeira fase” da produção intelectual do autor, denominada por Bárbara Freitag (1987, p. 165) como “acadêmico-reformista”, em contraste com a fase “político revolucionária”, reconhecida a partir do final da década de 1960. A ortodoxia científica, a institucionalização da Sociologia como disciplina acadêmica e um ideal de reformismo associado ao pensamento liberal marcaram o “jovem Florestan”; já o intelectual maduro caracterizou-se pela “crítica aos padrões contemporâneos de profissionalização e institucionalização das Ciências Sociais”, pelo radicalismo político (assentado na crença na revolução socialista) e, inclusive, pela ruptura com muitas das convicções da fase anterior, como a da neutralidade científica (GARCIA, 2002, p. 10-11). É o jovem Florestan Fernandes que se deve ter em mente ao localizar suas contribuições ao debate sobre a Sociologia enquanto disciplina escolar no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia.

Florestan Fernandes principiou sua comunicação no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia alertando para a responsabilidade dos sociólogos diante da temática do ensino de Sociologia na escola. Na sequência, examinou alguns fatores que poderiam justificar a presença da disciplina no currículo do ensino secundário.

O primeiro fator remetia à absorção dos sociólogos no magistério. A medida não apenas estabeleceria um campo de atuação profissional como também impactaria sobre o *status* da Sociologia no quadro das ciências no Brasil, colocando-a em posição mais “elevada”, equivalente

às demais disciplinas ensinadas no sistema educacional. Tais interesses não deixavam de ser legítimos, até porque, “nas condições brasileiras, é quase impossível estimular o progresso das pesquisas sociológicas sem que se criem perspectivas de aproveitamento real de mão de obra especializada” (FERNANDES, 1955, p. 89).

Criar um campo de atuação profissional, porém, não seria o único motivo para debater a questão – aliás, por si só, não valeria sequer iniciá-la (FERNANDES, 1955, p. 105). Por isso, Florestan lembrava o potencial dessa iniciativa para divulgar os conhecimentos sociológicos e, no limite, impulsionar o próprio desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Todavia, declaradamente inspirado em Mannheim, o autor encontrou o argumento “forte” para justificar a presença da Sociologia no currículo do ensino secundário nas contribuições da disciplina para “atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna” (FERNANDES, 1955, p. 105-106).

\*\*\*

Dizia Florestan Fernandes que o ensino da Sociologia vinha sendo debatido por vários especialistas, o que tornava difícil examinar todas as contribuições. Por isso, selecionou algumas delas, circunscritas nos textos publicados em 1949 na revista **Sociologia** sob o título "*Symposium* sobre o Ensino da Sociologia e Etnologia"<sup>10</sup>. Na segunda parte de sua comunicação, discutiu três conjuntos de questões: aquelas referentes às funções universais do ensino da Sociologia; outras relacionadas às concepções de ensino prementes na inclusão dessa disciplina no sistema escolar; e, finalmente, as que explicitavam as suas funções no ensino secundário. Nesse sentido, Florestan acabou sistematizando e fazendo um balanço dos discursos que circulavam no campo acadêmico da época.

O primeiro conjunto de questões dizia respeito ao papel das Ciências Sociais no preparo das novas gerações para uma civilização em profundas transformações. A disciplina muniria o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade, de tal forma que estivesse habilitado para compreender o seu tempo e a natureza humana, bem como para posicionar-se diante dos fenômenos sociais, racionalizar o comportamento humano e desenvolver as Ciências Sociais.

---

<sup>10</sup> Dez anos depois de seu número inaugural de 1939, a revista *Sociologia* publicou um conjunto de cinco trabalhos de reconhecidos cientistas sociais que atuavam no Brasil, sob o título "*Symposium* sobre o Ensino de Sociologia e Etnologia". Foram eles: “Contribuição para uma didática da Sociologia”, do jurista e sociólogo José Arthur Rios; “Difusão da ciência sociológica nas escolas”, do sociólogo norte-americano Donald Pierson, então professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; “Ensino da Sociologia nas escolas normais”, do sociólogo e professor da Universidade do Brasil Luiz de Aguiar Costa Pinto; “O ensino de conceitos básicos da Etnologia”, do antropólogo Octavio da Costa Eduardo; e “Sociologia: ensino e estudo”, do sociólogo e crítico literário Antonio Candido, professor assistente da Universidade de São Paulo. políticos e áreas afins do conhecimento. Florestan furtou-se de indicar, contudo, que os textos reunidos no *Symposium* sobre o Ensino de Sociologia e Etnologia não formavam um unísono sobre o ensino de Sociologia, em especial no que se referia à sua presença na educação escolar.

O segundo grupo de questões relacionado voltava-se mais propriamente à “concepção que preside a integração da Sociologia em um determinado sistema educacional, em um ou mais níveis de ensino” (FERNANDES, 1955, p. 109). Descrita como “caótica”, a situação da disciplina no sistema escolar oscilava “de maneira irregular, ao sabor de inspirações ideológicas de momento”. Daí sua intermitência nos currículos escolares, sendo ora incluída por uma reforma educacional ora excluída por outra. Para Florestan (1955, p. 109), a Sociologia sequer cumpria seu papel nas escolas normais, pois não situava, de forma apropriada, os estudantes diante de problemas que precisariam “enfrentar futuramente, como professores de escolas primárias, em diferentes tipos de comunidades, nas quais precisarão viver, desempenhando papéis sociais fora do campo pedagógico mas de alcance educativo”.

Antonio Candido e Paul Arbousse-Bastide haviam pautado essa discussão a respeito das concepções de ensino de Sociologia, segundo Florestan. O primeiro enfatizava questões relacionadas diretamente ao ensino da disciplina. Indagava, por exemplo, sobre o nível de profundidade que a reflexão sociológica alcançaria no ensino secundário. Também assinalava a necessidade de esclarecer a inspiração à qual estava atrelado o seu ensino ou, mais especificamente, se constituía um ponto de vista, uma técnica social ou uma ciência particular. Paul Arbousse-Bastide, por sua vez, propunha uma reflexão sobre as alternativas de organização de um programa de ensino de Sociologia no sistema escolar. Mostrava a importância de se considerarem diferentes possibilidades, respeitando a faixa etária dos estudantes, os critérios pedagógicos e a autonomia docente. Florestan Fernandes (1955, p. 110) lamentava que as ideias de Paul Arbousse-Bastide não suscitasse a atenção que mereciam, talvez por penderem para o campo da Filosofia da Educação.

Por fim, Florestan Fernandes identificava um terceiro conjunto de questões, essas sim evidenciando as funções específicas do ensino da Sociologia no sistema escolar. Sobre o assunto, os sociólogos posicionavam-se em dois pontos distintos: de um lado, encontravam-se aqueles que defendiam a inclusão da Sociologia como disciplina do ensino secundário; de outro, os que repeliavam tal ideia. Nenhum dos dois grupos, porém, com exceção de Costa Pinto, fundamentava sociologicamente suas opiniões, mantendo a discussão no “plano das ideias e das convicções de ordem geral” (FERNANDES, 1955, p. 110). Contra essa tendência, Florestan insistia que o problema fosse abordado do ponto de vista da Sociologia, sem, porém, incorrer no erro de isolar uma questão tão complexa no âmbito de uma única disciplina. Sugeriu que os dados oferecidos pela reflexão sociológica continuassem formando “os mais legítimos pontos de partida para as

decisões que precisam ser tomadas nessa esfera da política e da administração” (FERNANDES, 1955, p. 111).

\*\*\*

Na terceira parte da comunicação, Florestan Fernandes apresentou um diagnóstico do Brasil. Em linhas gerais, comparou a questão da inclusão da Sociologia na escola ao debate sobre a introdução de qualquer inovação em um dado sistema de ensino. Como enfrentá-lo? Primeiramente, caberia analisar o sistema de ensino existente, passando para uma reflexão mais abrangente sobre a relação desse mesmo sistema com as condições socioculturais nas quais se posicionava, para então analisar os possíveis efeitos da introdução da dita inovação.

Visto como um “tipo de ‘educação estática’, que objetiva unicamente a conservação da ordem social” ou como “um ensino médio em possibilidade de tornar-se um ‘instrumento consciente de progresso social” (FERNANDES, 1955, p. 112), o ensino secundário seria impermeável às necessárias renovações pedagógicas. Continuaria, portanto, como um ensino meramente enciclopédico, deslocado das exigências advindas do contexto social em que se inseria. Nesse cenário, de fato, não teria relevância o ensino da Sociologia. Todavia, as necessidades inerentes às “sociedades civilizadas contemporâneas” recomendariam a inclusão das Ciências Sociais na escola secundária (FERNANDES, 1955, p. 115-116). Nesse caso, a escola desempenharia “um papel construtivo na formação da consciência cívica dos cidadãos”, ajudando na constituição de uma “ética de responsabilidade e uma atitude de autonomia crítica em face do funcionamento das instituições políticas ou das injunções personalistas dos mandatários do poder”<sup>11</sup> (FERNANDES, 1955, p. 117).

Apesar da tentativa de garantir certa objetividade científica diante do assunto, a ponto de terminar sua exposição com indagações e não conclusões (GUEDES, 2007, p. 138), e de afirmar, durante os debates de sua comunicação, que sua intenção não era “propor a introdução da Sociologia no curso secundário, mas tão somente levantar a questão e discutir o problema” (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 327), Florestan Fernandes se posicionou a favor do ensino da Sociologia no sistema escolar. Concordava, assim, com a ideia de que o ensino dessa disciplina envolvia uma “preparação educativa” propícia às escolhas racionais e à participação dos jovens nas atividades políticas próprias dos Estados modernos:

---

<sup>11</sup> Estaria em questão, entre outros aspectos, uma proposta de educação que considerasse a especificidade de cada região brasileira: “Em um país diferenciado demográfica, econômica, cultural e socialmente, um adestramento adequado, vivo e construído através de experiências concretas, sobre as condições materiais e morais de existência, constitui um meio por excelência de socialização” (FERNANDES, 1955, p. 115-116).

[...] as transformações ocorridas nas sociedades modernas substituíram largamente os ajustamentos sociais baseados no conhecimento pessoal íntimo e em normas estabelecidas pela tradição por ajustamentos sociais baseados em situações de interesses e em convicções sensíveis às flutuações dos movimentos sociais ou aos influxos da propaganda. Daí a necessidade de defender a liberdade e a segurança dos indivíduos, através de uma preparação educativa suscetível e adestrá-los, especificamente, para a escolha com fundamento racional (FERNANDES, 1955, p. 109).

Com efeito, Florestan Fernandes (1955, p. 118) defendeu que “o ensino das Ciências Sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social”, mostrando-se, portanto, viável e desejável. Para ele, os cientistas sociais não deveriam se isentar do debate sobre a renovação das práticas pedagógicas – sendo “impraticável a preservação de técnicas pedagógicas antiquadas” – e sobre as inovações no sistema de ensino brasileiro. Disso concluiu:

Aos argumentos apresentados, seria possível acrescentar que esse ensino possui um interesse prático-específico, que hoje ainda não é evidente. É que ele poderá contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país (FERNANDES, 1955, p. 115-6).

Ao final da comunicação, Florestan Fernandes apresentou uma lista com “Sugestões práticas”, como uma tentativa de aprofundar o debate, indagando sobre a contribuição da Sociologia para formar a personalidade dos jovens estudantes, fornecer repertório para prosseguirem os estudos no ensino superior, e introduzir mudanças no sistema educacional brasileiro. Também questionou aspectos mais gerais sobre a organização do ensino, tais como a possibilidade de flexibilizar o oferecimento de disciplinas e verificar as condições estruturais para o efetivo ensino da Sociologia:

- 1) Quais são as funções que o ensino da Sociologia pode preencher na formação da personalidade e que razões de ordem geral aconselham a inclusão da matéria no currículo do ensino de grau médio?
- 2) A que concepção deveria subordinar-se o ensino da Sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? A definição clara da concepção apresenta a maior importância teórica e prática, pois dela depende a relação a ser estabelecida entre meios e fins na educação.
- 3) Por que se deve desejar a introdução da Sociologia no ensino secundário brasileiro:
  - a) Por causa das exigências dos cursos universitários, acessíveis atualmente, que pressupõem conhecimentos prévios da matéria?
  - b) Por que é preciso criar condições plásticas de formação da personalidade e de preparação para a vida na sociedade brasileira?
- 4) Quais são as funções que o ensino da Sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um “instrumento consciente de progresso social” nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil?

- 5) Quais são as alterações de ordem pedagógica, que seriam aconselháveis, tendo-se em vista as condições de integração estrutural e de funcionamento da escola secundária brasileira, para que o ensino da Sociologia possa preencher as funções assinaladas?
- 6) Quanto ao alcance das inovações, com fundamento sociológico:
  - a) O ginásio comportaria ou não uma disciplina com o nome de “Elementos de Ciências Sociais”; onde deveria ser localizada tal disciplina; e qual seria seu conteúdo ideal?
  - b) O colégio deveria voltar a possuir uma estrutura mais flexível, na qual se introduzisse, convenientemente, o ensino especial de matérias como a Psicologia, a Economia e a Sociologia, ou seria aconselhável manter uma disciplina unificada, como um curso mais adiantado de “Ciências Sociais”? (FERNANDES, 1955, p. 119-210)

A comunicação de Florestan Fernandes tornou-se base para a formulação de uma das cinco moções aprovadas em assembleia, no último dia do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia. Segundo os registros contidos nos anais do evento (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 28-30), a moção e resolução considerava o “valor da comunicação apresentada pelo Prof. Florestan Fernandes e das diversas opiniões expressas pelos srs. congressistas sobre a inclusão da Sociologia no ensino secundário do país”. Também se justificava por outros acontecimentos, como a decisão do Congresso de Sociologia do Paraná de defender a criação da cadeira de Sociologia como disciplina optativa dos cursos científicos e clássicos do ensino secundário; e o trâmite, na Câmara dos Deputados, de um projeto de reforma do ensino secundário, provavelmente em alusão à lei nacional de diretrizes e bases da educação. Decidiu-se que as sugestões de Florestan Fernandes seriam objeto de discussão nas seções regionais da Sociedade Brasileira de Sociologia. A comunicação completa e os debates dela decorrentes seriam encaminhados à Câmara dos Deputados para formalizar as contribuições dos sociólogos ao debate nacional sobre a reforma do ensino.

### 2.3. Outros trabalhos: Antonio Candido, Oracy Nogueira e Pedro Bessa

Além dos discursos de Fernando de Azevedo e da comunicação de Florestan Fernandes, outros cientistas sociais citaram a presença da Sociologia no ensino secundário ou nas escolas normais.

A comunicação de Oracy Nogueira (1955), por exemplo, versou sobre sua experiência de ensino e pesquisa na Escola de Sociologia e Política, em São Paulo. O autor citou questões gerais sobre o ensino da disciplina associadas ao próprio desenvolvimento, ainda muito inicial, do pensamento sociológico no Brasil. Seu foco recaiu sobre o ensino superior, tendo citado as escolas normais pontualmente, no sentido de contextualização:

No Brasil, somente nas últimas décadas a Sociologia tomou pé, primeiramente no “*curriculum*” das escolas normais e, mais recentemente, no das Escolas de Sociologia e Política e Faculdades de Filosofia. Somente a partir daí o trabalho sociológico vem

ganhando, entre nós, aspecto de continuidade que caracteriza a produção científica, onde quer que se tenham apresentado condições que estimulem o seu desenvolvimento (NOGUEIRA, 1955, p. 113).

Pedro Parafita de Bessa (1955), por seu turno, descreveu experiências de ensino nos cursos superiores, porém dedicou algumas linhas mais do que Oracy Nogueira ao ensino secundário e normal para localizar a tardia instalação, em solo mineiro, de faculdades que incluíssem a Sociologia no currículo. Lembrou que o “ensino das disciplinas englobadas sob o título geral de Ciências Sociais fez-se em Minas Gerais, primeiramente, em escola de nível secundário, nos colégios universitários vulgarmente conhecidos [...] como 'cursos pré'” (BESSA, 1955, p. 299). Esses cursos funcionavam anexos às faculdades e, por força de lei, incorporaram, ainda na década de 1930, o ensino de Sociologia. “Improvisaram-se os professores”, narrava Bessa (1955, p. 299), o que, por um lado, explicitava a falta de “dignidade científica” da disciplina e, por outro, o próprio “imperativo dos fatos”: não existia em Minas Gerais uma única instituição de ensino superior que oferecesse cursos de Sociologia, o que viria a ocorrer transitóriamente em 1941 na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da atual Universidade Federal de Minas Gerais (BESSA, 1955, p. 299). Entretanto, a Sociologia deixou de ser ofertada ainda em 1941, diante do desinteresse dos alunos: não era sentida como uma “necessidade do meio ambiente”, não oferecia perspectivas profissionais nem respostas às questões que poderiam ter motivado a matrícula no curso. Enfim, “não preenchendo nenhuma função, quer no sistema educacional, quer nos quadros da sociedade global, desapareceu” (BESSA, 1955, p. 300).

Novamente, a Sociologia encontraria abrigo no sistema escolar: em 1946, foi introduzida no ensino secundário e normal, muito embora nesse último viesse apenas “complementar a formação filosófica do educador e nada mais” (BESSA, 1955, p. 300). Em 1947, o curso de Ciências Sociais começou suas atividades na Faculdade de Filosofia, com apenas um aluno, mas manteve regularidade nos anos seguintes. Foi, contudo, na Faculdade de Ciências Econômicas, na forma de “Sociologia e Política”, que as Ciências Sociais encontraram maior aceitação, podendo ser cursadas, concomitantemente, pelos alunos de Administração Pública.

Por sua vez, Antonio Candido (1955) preocupou-se com uma versão especializada da disciplina – a Sociologia da Educação – e seu lugar nas escolas normais. Diagnosticava que, no quadro das ciências, o mesmo motivo que sustentava a presença da Sociologia nos cursos de formação de professores para o ensino primário e secundário – entendendo-a como relevante para compreender o processo educacional e orientar a prática pedagógica –, acabava por reduzi-la a aspectos pedagógicos e filosóficos – distanciando os estudantes da vitalidade científica da Sociologia. Para reverter tal situação, indicava a necessidade de “determinar, com o devido rigor

analítico, os critérios para estudar a estrutura interna da escola e a posição da escola na estrutura da sociedade” (CANDIDO, 1955, p. 122):

[...] na formação do educador, dar-lhe-íamos, não um ponto de vista sociológico, mas um conhecimento da realidade em que se insere pelo seu papel social, e que poderá, a partir daí, manipular conforme instrumentos bem mais precisos de análise, do que os conceitos gerais que o levam para a filosofia de um lado, condenando-o ao empirismo, de outro (CANDIDO, 1955, p. 122).

Para Candido, não seria o caso de resumir a Sociologia da educação ao *estudo* da escola, mas esse poderia ser um eixo orientador dos estudos sociológicos sobre a educação. Quando inserida na formação de professores, a Sociologia forneceria ferramentas para a compreensão da estrutura interna da escola e da sua posição na estrutura da sociedade<sup>12</sup>.

Convém lembrar, que, cinco anos antes, durante o já citado *Symposium* sobre o Ensino de Sociologia, Antonio Candido havia se posicionado contrariamente em relação à presença da Sociologia no ensino secundário. Para ele, a disciplina estava “bem colocada” nas escolas normais, pois “seria útil ao educador, na apreciação do meio social e de todos os problemas de ajustamento do educando” (CANDIDO, 1949, p. 283). No caso do ensino secundário, porém, além de já possuir uma quantidade excessiva de disciplinas, deveria estar focado em conhecimentos como os filosóficos, geográficos e históricos, esses sim indispensáveis à formação de um jovem secundarista e à posterior compreensão dos conteúdos sociológicos:

Com efeito, não apenas o currículo do curso secundário, em ambos os ciclos, padece de sobrecarga, como a Sociologia é matéria que pressupõe conhecimentos de História, Geografia e Filosofia. Seria de toda conveniência iniciar o seu estudo depois de alguns anos dessas disciplinas, elas sim indispensáveis à formação secundária.

O professor de Sociologia [do ensino superior] deveria considerar-se feliz se recebesse dos vestibulares alunos capazes de compreender uma sequência histórica, a inter-relação dos fenômenos da civilização, as relações do homem e o meio, princípios de lógica e Psicologia. Aluno nestas condições é garantia de bom aprendizado sociológico (CANDIDO, 1949, p. 283).

Nas escolas normais, apesar de abordados em pouca profundidade, os conhecimentos sociológicos teriam razão de estar. Isso porque não formavam especialistas e sim professores para o magistério no ensino primário, para os quais a Sociologia poderia fornecer noções básicas que fundamentassem a própria Pedagogia (CANDIDO, 1949, p. 288).

<sup>12</sup>Antonio Candido (1955) destacou, ainda, três linhas principais da Sociologia educacional – filosófica-sociológica, pedagógico-sociológica e propriamente sociológica – para sugerir a adoção do termo “Sociologia da educação” aos estudos desenvolvidos na área. Apontava a necessidade de a Sociologia tomar novos rumos no campo educacional, superando o seu caráter de mero “apêndice” da Pedagogia, tão característico dos estudos norte-americanos. Diagnosticava, também, o “número limitado e qualidade duvidosa” das pesquisas em Sociologia da educação. Propunha, então, que fosse abordada a partir do ensino e pesquisa e não meramente como “matéria de ensino”.

## 2.4. Os debates

Os debates sobre o ensino de Sociologia, que sucederam as comunicações, centraram-se basicamente na comunicação de Florestan Fernandes. Estenderam-se por dois dias e não alcançaram um consenso sobre a conveniência ou não de incluir a Sociologia no ensino secundário.

Por pouca diferença, a maioria dos congressistas se posicionava favoravelmente à questão trazida pelo sociólogo paulista sobre a pertinência de se ensinar Sociologia na escola. Entre eles, encontrava-se Welman Galvão de França Rangel, Júlio Barbosa, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Nelson Pesciotta e João Mendonça, tendo o último sugerido que fosse aceita pelo plenário. Nelson Pesciotta (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 325) justificava seu posicionamento no fato de os egressos do ensino secundário “serem chamados a exercer, em maior ou menor escala, uma função de liderança”, isso sem citar as exigências dos cursos universitários, dificilmente enfrentadas sem uma preparação prévia nas Ciências Sociais. João Mendonça, por sua vez, lembrava que os conteúdos de Sociologia já integravam o programa de filosofia, sendo conveniente apenas solicitar sua autonomia.

Entre os críticos da proposta encontrava-se Guerreiro Ramos (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 320), para o qual a sociedade brasileira não estava em condições de permitir o ensino da Sociologia por dois motivos: a disciplina era “alienada da realidade nacional”, refletindo apenas sobre problemas de outros países<sup>13</sup>; e, mesmo no caso de ser superada tal condição, não havia especialistas em número suficiente para assegurar o “ensino proveitoso da Sociologia”. Júlio Barbosa (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 320) respondia a Guerreiro Ramos relativizando a influência da circulação de ideias estrangeiras na Sociologia produzida no Brasil: não seria o caso de impedi-las, desde que fossem submetidas a um processo de análise que julgasse sua adequação ou não aos estudos realizados no país. Quanto à escassez de especialistas para lecionarem no ensino secundário, Barbosa defendia que só poderiam “aparecer se houver a possibilidade de sua atuação”.

Houve também quem avaliasse os “perigos” do ensino da Sociologia. Lucila Hermann (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 320-321) indagava sobre a influência da disciplina na formação da personalidade do jovem brasileiro: a disciplina “não viria aumentar a inquietação natural do adolescente, em virtude da perspectiva relativista que

---

<sup>13</sup> Durante o debate sobre a comunicação de Oracy Nogueira e Antonio Candido, por exemplo, Antonio Rubbo Müller criticou a posição de Guerreiro Ramos de tentar “nacionalizar a Ciência Social”. Segundo Müller (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 329), seria necessário diferenciar a ciência social pura “como estudo dos sistemas puros” (que independe das fronteiras nacionais) da ciência social aplicada (no sentido dos estudos do antropólogo Radcliffe Brown), essa sim dependente das condições do meio.

oferece?”. A própria Lucila Herrmann, que se dedicara ao magistério na Escola Normal de Guaratinguetá antes de tornar-se assistente na Universidade de São Paulo, indicava que tal relativismo poderia ser corrigido com o recurso à pesquisa, procedimento que colocaria o jovem diante de uma realidade que pouco conhecia.

Fernando de Azevedo (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 326), na mesma orientação do discurso de abertura, voltou a criticar o ensino ministrado no Brasil, qualificando-o como informativo, enciclopédico e superficial. A Sociologia não poderia ser incorporada a ele sem que antes houvesse uma radical reforma; em caso contrário, acabaria por envolver-se em uma “atmosfera pedagógica de incerteza, perplexidade e confusões”. Para ele, conforme explicitado anteriormente, o problema do ensino secundário residia mais em reduzir do que em aumentar a quantidade de disciplinas. No mais, era premente o risco da Sociologia ser ensinada por “professores não compenetrados do espírito objetivo das Ciências Sociais”, visto que existiam no Brasil poucas instituições de ensino superior que ofereciam o curso de Ciências Sociais (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 326).

Lourival Gomes Machado (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 326-327) também se posicionou contrariamente à presença da Sociologia como disciplina do ensino secundário: em vez de elemento de mudança, a disciplina seria convertida em instrumento de conservação, sendo usada por aqueles que se opunham à renovação. Florestan Fernandes contra-argumentou, caracterizando a disciplina como “agente de precipitações de alterações dentro do sistema” e não de “conservantismo cultural”. De qualquer forma, apontava não ser possível prever o que aconteceria, visto que as “forças conservadoras no Brasil têm um poder tão grande que nada se pode fazer”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a estabilidade da Sociologia nos currículos escolares também dependeu do seu estatuto legal. Assim, da mesma forma em que logrou espaço no meio das inúmeras reformas educacionais que marcaram as décadas de 1920 e 1930 e atribuíram um tom científico e pragmático ao ensino, também perdeu lugar em outras revisões curriculares que acentuaram o caráter enciclopédico da escola.

Os intelectuais que discutiram o ensino da Sociologia no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia não deixaram de recordar o seu lugar (instável) no currículo oficial. Não à toa Florestan Fernandes (1955, p. 319) admitia, ao iniciar sua comunicação, que “incidia em um grande erro, pois escolhi um objeto que não existe”: a Sociologia não constava entre as disciplinas

do ensino secundário desde 1942, quando o decreto-lei 4.244 instaurou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema. A disciplina continuou sendo ministrada apenas nas escolas normais, onde ganhou estabilidade desde a aprovação do decreto 2.940/1928. Muitos intelectuais direcionaram críticas contundentes àquela reforma. Costa Pinto e Edison Carneiro (1955), por exemplo, associaram a medida do ministro Gustavo Capanema ao autoritarismo do governo de Getúlio Vargas e ao apego a um currículo afeito ao humanismo clássico e resistente às ciências modernas. O próprio Florestan Fernandes (1955, p. 109) mostrava que a Sociologia mantinha-se submetida às “inspirações ideológicas de momento”.

Todavia, como lembrava Fernandes (1955, p. 319), se a Sociologia constituía objeto inexistente e, por isso, não atraía a atenção de muitos intelectuais, o seu ensino nas escolas brasileiras poderia ter lugar no debate sobre a “conveniência de mudar a estrutura do sistema educacional do país e [...] de aproveitar, de uma maneira construtiva, as ciências humanas no currículo da escola secundária”, discussão da qual os sociólogos não deveriam se furtar. Foi com esse espírito que Florestan levou ao debate sua comunicação “O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira”, que se desdobrou em acaloradas discussões do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia. Além dele, outros intelectuais citaram o assunto em seus discursos e comunicações, e não à toa, visto que o próprio temário do evento trazia um tópico denominado “O ensino e as pesquisas sociológicas – O ensino da Sociologia e disciplinas afins nos diferentes centros culturais do país” (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 13).

A análise desses discursos permitiu verificar que a opinião da intelectualidade não foi uníssona sobre a pertinência de incluir (ou manter) a Sociologia no ensino secundário, não obstante houvesse relativo consenso sobre a sua presença nas escolas normais. A parte mais volumosa dos cientistas sociais que se pronunciou no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia posicionou-se favoravelmente em relação à presença dessa disciplina na escola, mas houve quem duvidasse da real necessidade de incluí-la no currículo escolar. Fernando de Azevedo, em diferentes ocasiões, frisou a importância de repensar o ensino secundário; todavia, como outros intelectuais, julgava que não seria o caso de sobrecarregá-lo com mais disciplinas do que aquelas já existentes. No mais, a Sociologia também era uma “ciência nova”, sem tradição, e seria precipitado ensiná-la aos estudantes do ensino secundário sem que antes estivesse assentada no ensino superior e contasse com profissionais bem formados e em quantidade suficiente para suprir as demandas do magistério.

Em resumo, os trabalhos apresentados no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia problematizaram as funções universais e científicas do ensino da Sociologia, bem como

concepções de ensino e funções específicas dessa disciplina no currículo escolar. Transitaram, notadamente, entre os sentidos de ensinar ou não Sociologia na escola, em um momento no qual ela própria se firmava como disciplina acadêmica, no qual o sistema escolar demandava reestruturações e no qual o congresso nacional discutia a elaboração da primeira lei nacional de diretrizes e bases da educação<sup>14</sup>.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. Discurso de abertura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1955a, p. 37-51.

\_\_\_\_\_. Discurso de encerramento: o ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil – problemas e orientações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1955b, p. 53-71.

BESSA, Pedro Parafita. O estudo das Ciências Sociais em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1955, p. 299-304.

BRASIL. *Decreto n. 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925*. Estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providencias. Rio de Janeiro, 1925.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931*. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro, 1932.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 2.940, de 22 de novembro de 1928*. Regulamenta o ensino. Rio de Janeiro, 1929.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932*. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1932.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942*. Lei orgânica do ensino secundário. Rio de Janeiro, 1942.

CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006 [1956].

---

<sup>14</sup> Em 1948, foi apresentado o anteprojeto Mariani e, dez anos depois, o substitutivo do deputado Carlos Lacerda que deram origem à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n. 4.024), aprovada em 20 de dezembro de 1961. Cabe notar que a moção do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia referente à comunicação de Florestan Fernandes foi acompanhada da decisão dos congressistas de encaminhar as sugestões do autor à Câmara dos Deputados e às “autoridades da educação”, o que conduz à formulação da hipótese de que havia uma tentativa de pautar o retorno da Sociologia à escola na esteira da formulação da primeira lei nacional de diretrizes e bases da educação do país.

\_\_\_\_\_. O papel do estudo sociológico da escola na Sociologia educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, p. 117 -130.

\_\_\_\_\_. Sociologia: ensino e estudo. *Sociologia*, São Paulo, v. 11, n. 3, 1949, p. 275-289.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 1 CDROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

CUNHA, Luiz Antonio. A. Educação e classes sociais no manifesto de 32: perguntas sem respostas. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 20, n.1-2, p. 132-150, 1994.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 1955, p. 89-106.

FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade e revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 163-180.

GARCIA, Silvia Germignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUEDES, André. Notícias sobre a Sociologia acadêmica no 1º Congresso da SBS (São Paulo, 1954). *Plural*, São Paulo, n. 14, 2007, p. 133-146.

IANNI, Otávio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais*. São Paulo: Sumaré, 2001a, p. 257-275.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001a.

\_\_\_\_\_. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré, 2001b, p. 11-28.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Sociologia do ensino de sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NOGUEIRA, Oracy. Duas experiências no ensino da Sociologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBS, 1955, p. 107-115.

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa; CARNEIRO, Edson. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Capes, 1955. (Série Estudos e Ensaios – 6).

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. *Ata da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Brasileira de Sociologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 29 abr. 1952a.

\_\_\_\_\_. Debates. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, p. 275-297.

\_\_\_\_\_. *Estatuto*. São Paulo, 3 set. 2003. Disponível em: <<http://www.sbSociologia.com.br/portal/images/docs/estatuto.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Estatutos, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de março de 1950. In: \_\_\_\_\_. *Ata da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Brasileira de Sociologia*. São Paulo, 29 abr. 1952b.

\_\_\_\_\_. *Moção*. Moção aprovada por assembleia reunida durante a 60ª Reunião Anual da SBPC. Campinas, 16 jul. 2008.

SOCIEDADE DE SOCIOLOGIA DE SÃO PAULO. *Ata de 19 de janeiro de 1950 da reunião da Sociedade de Sociologia de São Paulo*. São Paulo: Sociedade de Sociologia de São Paulo, 1950.

\_\_\_\_\_. *Estatutos da Sociedade de Sociologia de São Paulo*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 4 jun. 1937.

SOCIOLOGIA. *Symposium sobre o Ensino de Sociologia e Etnologia*. *Sociologia*, São Paulo, v. 11, n. 3, 1949, p. 275-336.

#### COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

CIGALES, Marcelo. Avanços e desafios para o ensino de Sociologia no Brasil. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. v.1, n.2, p. 05-26, 2017.

*Recebido em: 31 de out. 2017*

*Avaliador 1: 28 de nov. 2017*

*Avaliador 2: 21 de nov. 2017*

*Aceito em: 17 de dez. 2017*